



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Alessandro Luiz Bonifácio – Presidente em exercício, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente em exercício e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Em seguida, comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias dos dias onze, dezoito, vinte e cinco de março, e a Ata da Reunião Especial do dia doze de março de dois mil e quatorze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as quatro Atas. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, autorizou a inclusão na pauta e a entrada na Casa do Projeto de lei nº 1.409/2014, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a afetação e desafetação das áreas públicas inframencionadas, além de dar outras providências”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira indagou: “qual é o teor deste projeto?”. O Senhor Presidente respondeu: “doação do terreno para a construção da Câmara Legislativa”. O Senhor Secretário proferiu leitura do projeto supracitado, que foi encaminhado pelo Senhor Presidente à Comissão de Legislação e Justiça. O vereador José Guedes disse: “quero nesta noite, parabenizar o nosso Presidente Nélio que ocupou



o cargo de prefeito nesta manhã. Quero parabenizá-lo por este ato de afetação e desafetação de um terreno do município para a construção do novo prédio para a Câmara Municipal. Esse prédio sendo concluído, o prédio atual da Câmara poderá ser usado como uma biblioteca. Os dirigentes públicos têm que lutar para que o prédio da prefeitura, muito em breve, saia daquele local, o Fórum saia daquele local. E a Câmara, eu tenho certeza, que nós vamos batalhar e construir a Câmara. E me causou um espanto muito grande quando eu e o meu colega Flávio fomos até ao prefeito Cássio pedir essa ação e o Cássio praticamente nos negou, dizendo que ele tinha que consultar o Ministério Público. Então, naquela tarde eu saí decepcionado porque não tem ato nenhum ilegal com referência a essa permuta. Então, eu acho que uma coisa é uma briga política, o atrito que tem entre o Presidente e o prefeito Cássio. Nós, eu e o Flávio, nós fomos lá em nome da Câmara Municipal. Eu acho que o Cássio pisou na bola. O político não pode ficar com ressentimento, ele tem que olhar o município. Então, saí realmente decepcionado pelo fato de querer colocar o Ministério Público para embargar uma coisa que é legal. O Ministério Público é lá, Câmara Municipal é aqui, Prefeitura é ali. Tem que parar com esse negócio em Nova Lima. Tudo em Nova Lima é... Cada poder tem as suas atribuições. Então, nós temos que acabar com isso, acabarmos com as picuinhas. Eu saí decepcionado e tenho certeza de que o meu colega também saiu. Nós levamos lá um pedido da Câmara Municipal de Vereadores, não foi de Nélio Aurélio não. Obrigado, Senhor Presidente”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Resolução nº 126/2014,



autoria da Mesa Diretora, que “Dá posse interina no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Vereadores ao Vereador Alessandro Luiz Bonifácio”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador José Guedes, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto; 2) Projeto de Resolução nº 127/2014, autoria da Mesa Diretora, que “Declara vago o cargo de prefeito Municipal de Nova Lima e contém outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador José Guedes, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto; 3) Projeto de lei nº 1.408/2014, autoria do Poder Executivo, que “Inclui as entidades que indica nas prerrogativas constantes na Lei Municipal 2.391, de 12 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão de auxílios, contribuições e ou subvenções sociais, além de dar outras providências”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Fausto Niquini Ferreira, dispensou pareceres e interstícios para a votação deste projeto. O vereador Flávio de Almeida falou: “eu estou lendo o ofício da Associação dos Magistrados Mineiros, só para mim não perder a minha identidade porque senão a gente fica acorrentado mais uma vez. Eles pedem à Câmara, solicitam a minha fala, a fala do vereador Flávio de Almeida, do PT, da última reunião. No final, eles encerram com uma frase até bonita, mas é uma frase costumeira: ‘Na oportunidade, envio-lhe protestos de estima e elevado respeito’. Para ter respeito com a Casa não tem nem que pedir minha fala. Primeira coisa, não é? Porque a gente é eleito pelo povo para representar o povo. E a nossa fala, neste Plenário, a gente é imune dela. Aí quando a



gente recebe essas coisas, a gente faz uma pergunta: nós representamos o povo de verdade? Somos representantes dele mesmo? Aí eu queria depois, Presidente, se o Senhor quiser pedir ao Secretário para ficar nos Anais, porque eu não sou homem de parar e de cortar minha fala porque uma Associação de Magistrados pede a minha fala não. Nós já temos aqui, infelizmente, nós já sofremos a oposição do Ministério Público, é não sei quem mais e vai virando uma bagunça. E nós representamos o povo, isso quer dizer o que? O povo nos trás algo e nós remetemos porque o povo não pode falar. Quando o povo fala, o processo vem, então, isto é a imunidade do vereador. Então, eu estou chateado com isso, eu acho que a Câmara deveria ter feito uma resposta digna, de acordo com a Constituição Federal. Eu estive conversando com o nosso Procurador, o Dr. Luciano, vou fazer o meu papel sim, mas eu acho que cada vereador aqui, gente, tem que... nós temos que nos ater a isso. Nós representamos o povo. E se a gente perder isso, é melhor fechar a porta ali porque fica mais barato para o povo. Se a gente tiver o direito de fala cerceado, cortado, onde vai parar o Poder Legislativo? Então, vereador Presidente, eu sou contrário ao Ofício que esta Casa recebeu, e acho que esta Casa já deveria ter dado a resposta da Casa, não é nem do vereador. A minha eu vou dar, junto com o Dr. Luciano, mas a Casa é que tem que dar uma resposta. É a Casa que tem que nos resguardar disso, senão isso vira bagunça. O vereador falou, deixa eu pedir a fala dele. E eu vou voltar a repetir o que eu falei aquele dia, enquanto o nosso povo foi acorrentado, eu nunca vi ninguém defender o nosso povo. Muito pelo contrário, o pobre quando pega um pão, ele é ladrão. Não é isso? O filho do rico precisa de tratamento. É



assim que a gente vê o tempo inteiro. O pobre é drogado, o filho do rico é dependente. Então, eu sou contrário, minha fala foi em cima disso, e o que eu falei é o que eu penso mesmo. Eu acho que a Câmara Municipal, viu Dr. Luciano? Eu queria que a Câmara se pronunciasse, Senhor Presidente, em cima disso aqui, em cima dos nossos direitos que são constitucionais. Se a gente abrir mão disso, esse pessoal pode vir sentar aqui. Aí eles vão votar também. Então, é por isso que os Três Poderes são independentes. Tem que haver respeito e aqui não tem respeito não. Obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “Senhor Presidente, eu quero fazer uma fala em cima da fala do vereador Flávio de Almeida, até ser solidário a ele, até por sermos do mesmo partido. E essa preocupação do vereador Flávio eu gostaria que tivesse sido também, não estou dizendo que não foi, vereador, estou dizendo com relação à Casa. Quando eu fiz um pronunciamento aqui colocando algumas questões do Pronatec em Nova Lima, e que mandaram aqui um rapazinho para vim pegar cópia da Ata da reunião, cópia da gravação, ele não veio pedir cópia da Ata não, ele veio pedir cópia da gravação. E, infelizmente, a Casa ia passar esta cópia para ele. Não tem nada a ver com a Rúbia, foi com uma determinação, eu acredito até que foi um lapso do Presidente, mas com uma determinação da Presidência da Casa. Eu concordo, vereador, que estão aqui querendo calar a nossa boca. E o vereador tem que ter o direito à palavra, à expressão do que ele sente, do que ele percebe. Eu já disse aqui que o vereador é reflexo do que o povo fala na rua. A gente ouve e a gente trás para cá para discutir num colegiado. E quando a Casa autoriza entregar uma cópia de uma Ata, quando a Casa autoriza entregar a gravação,



sem a Ata ter sido sequer aprovada, essa é uma grande preocupação, eu não quis polemizar naquele momento não, mas a Ata ia ser entregue sem ter sido aprovada pela Casa. Eu porque entrei no meio lá e falei assim ‘não, não vai levar não’. E olha, eu tenho minhas dúvidas, sabe? Porque a Ata aprovada é pública, todo mundo tem direito na Ata aprovada. Mas enquanto a Ata não foi aprovada, ela não tem que sair desta Casa não. E naquele momento, infelizmente, eu não encontrei ressonância dos meus pares. Mas de qualquer forma, eu me solidarizo à sua questão, vereador Flávio de Almeida”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “Presidente, por favor. Gente, quando eu peço, eu não peço para que o vereador saia na minha defesa não. Até mesmo porque cada um tem seu caminho e tem o seu jeito de andar. Eu peço que o Poder Legislativo o faça. Porque veja bem onde a Associação dos Magistrados erra e ainda pecam, eles não pedem a Ata aprovada não, eles não pedem uma fita da reunião não, eles pedem exatamente a fala do vereador Soldado Flávio de Almeida do PT. Ou seja, as correntes estão voltando. O que é isso? E vou mais longe, acorrentou no passado e voltam a acorrentar aqui, está aqui, eles estão pedindo a minha fala, não querem Ata não, querem o trecho da minha fala. E eu, se o meu bisavô aceitou ser acorrentado, eu não aceito. Eu sou um homem de ir para forca, viver de joelhos, nunca. Quem são eles. Então, eu estou aqui chateado, magoado com a Associação dos Magistrados sim, eles não podem fazer um ato desses não. Então, eu peço é que a Casa, o Poder Legislativo tome uma atitude. A minha, pessoal, eu vou tomar. A minha eu vou tomar, amanhã. Viver de joelhos é para poucos. Eu não, não sou homem disso não”. O Senhor Presidente informou: “Vereador Soldado Flávio de



Almeida, vou pedir ao jurídico depois uma cópia para tomar providências. Isto é muito grave”. O Senhor Secretário, que havia proferido somente a leitura da mensagem do Projeto de lei nº 1.408/2014, leu todo o conteúdo do referido projeto, conforme solicitação dos vereadores Flávio de Almeida e Silvânio Aguiar Silva. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 272/2014, que “Institui a Comenda do Mérito Policial Soldado Fernando Barbosa Neto”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador José Guedes disse: “para quem não sabe, o Fernando é o pai do nosso amigo aqui, o Diego. Infelizmente, faleceu em um desastre, perseguindo um bandido. Então, eu quero parabenizar o colega, vereador Flávio, por este ato. Conheci o Fernando de perto, conheci a sua esposa de perto, uma pessoa sensacional, uma pessoa que sempre procurou, na sua trajetória, sempre procurou combater os inimigos da sociedade nova-limense. Coisa que nos dias atuais... Toda classe existe os bons e os maus. Então, eu, nesta fala, fico até um pouco emocionado, ao ler jornais, assistir televisão, todos os dias a gente vê, no meio policial, os maus policiais. Então, o Fernando foi uma pessoa digna, uma pessoa honrada, uma pessoa que prestou grandes serviços para o povo de Nova Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “eu também gostaria de manifestar o meu apreço por esta Comenda que o vereador Flávio institui na Casa, porque eu também conheci o Fernando Barbosa Neto, eu tive a oportunidade, na época, trabalhava com a esposa dele, na Escola Denis Vale. Então, realmente, é de reconhecimento mesmo que esta Casa, então, votando a favor



dessa Comenda, a gente está homenageando uma pessoa, realmente, digna de receber os méritos desta Casa”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Flávio de Almeida, autor do projeto, dispensou os interstícios para a votação desta proposição; 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de lei nº 1.402/2014, que “Altera nomenclatura da Guarda Municipal”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.405/2014, que “Institui no Município de Nova Lima o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais para emissão de parecer; 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.406/2014, que “Dispõe sobre a criação do Programa de vagas de emprego para a ressocialização de ex-apenados da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC/Nova Lima e ex-dependentes químicos e alcoólicos, além de dar outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais para emissão de parecer. O vereador Gilson Antônio Marques comunicou: “gostaria de agradecer aos nobres colegas que abraçaram esta causa, obrigado”; 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de lei nº 1.407/2014, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras



providências” – Rua Alfredo Tito Pires de Souza. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais para emissão de parecer. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Resolução nº 126/2014, que “Dá posse interina no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Vereadores ao Vereador Alessandro Luiz Bonifácio”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. Em discussão, o vereador José Guedes afirmou: “eu quero parabenizar o colega Alessandro Coxinha por assumir a Presidência desta Casa pelo fato de o nosso colega Nélio ter, hoje, ocupado o gabinete, sentado naquela cadeira, e espero que o Nélio... espero não, eu assisti hoje atos, ele despachando com o maior interesse, não para beneficiar os vereadores, nem as suas famílias, para beneficiar a cidade, solicitações que estavam na prefeitura há muitos e muitos meses e não eram atendidas. E o Nélio, hoje, reuniu com alguns vereadores e despachou reivindicações do povo. Eu desejo ao Nélio muitas felicidades e ao Senhor também no comando desta Câmara”. Em segunda votação, o projeto foi aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. O Senhor Presidente solicitou: “queria pedir à vereadora Ângela Lima que ocupe o cargo de Vice-Presidente interina neste período, por favor”; 2) Projeto de Resolução nº 127/2014, que “Declara vago o cargo de prefeito Municipal de Nova Lima e contém outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação; 3) Projeto de lei nº 1.408/2014, que “Inclui as entidades que indica nas prerrogativas constantes na Lei Municipal 2.391, de 12 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão de auxílios,



contribuições e ou subvenções sociais, além de dar outras providências”. Em primeira e segunda votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 4) Projeto de lei nº 1.393/2014, que “Dispõe sobre a instalação de painel opaco entre os caixas e o espaço reservado para a fila de espera, em agência bancária e instituição financeira localizada no município de Nova Lima, e dá outras providências”. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda apresentada pelo vereador Flávio de Almeida: “O Vereador que esta subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 192 do Regimento Interno, propõe as seguintes emendas ao Projeto 1.393/2014. Emenda modificativa. A Ementa do Projeto de Lei em comento passará a ter a seguinte redação: Dispõe sobre a instalação de painel opaco entre os caixas e o espaço reservado para a fila de espera e proíbe o uso de telefone celular em agências bancárias e instituições financeiras localizadas no Município, e dá outras providências. Emenda aditiva. Art. 1º. O art. 3º passará a ter a seguinte redação: Art. 3º. Fica proibida a utilização de telefone celular ou equipamento similar nas dependências das agências bancárias e instituições financeiras localizadas no Município. Art. 2º. O art. 4º passará a ter a seguinte redação: Art. 4º. As agências bancárias e as instituições financeiras localizadas no Município afixarão, em pontos de ampla visibilidade, aviso que indique a proibição prevista no caput deste artigo e que mencione o número desta Lei. Art. 3º. Os artigos 3º, 4º e 5º do projeto original serão renumerados respectivamente, mantendo-se o seu texto inalterado”. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos registrou: “Senhor Presidente, este Projeto de Lei 1.393/2014, ele tem em seu caput a explicação que ele dispõe sobre a instalação de



painel opaco entre os caixas e o espaço reservado para a fila de espera em agência bancária e em instituição financeira localizada no município de Nova Lima. Pois bem, eu e minha equipe jurídica estivemos visitando todos os estabelecimentos bancários de Nova Lima para verificarmos em que a gente poderia colaborar, em termos do Legislativo, e colaborar com a segurança nas agências bancárias. E a gente verificou que o Banco Santander aqui no Centro e a Caixa Econômica Federal aqui no Centro, eles já dispõem desse painel opaco. Contudo, outros estabelecimentos bancários não têm esse painel opaco. Sendo que o próprio Santander do Vila da Serra, que é da mesma rede Santander daqui do Centro, ele não tem o painel opaco. Então, a gente decidiu criar esse projeto de lei para submeter aqui à esta Casa. Contudo, foi apresentado pelo nobre colega, vereador Flávio, uma emenda onde proíbe-se a utilização de telefone celular em estabelecimentos bancários. Pois bem, qual de nós que já foi a um estabelecimento bancário e já não viu essa placa: 'Proibido o uso de celular'. Pois bem, essa placa já existe nos estabelecimentos em virtude que já tem uma Lei Estadual nº 19.432, de 11 de janeiro de 2011, sancionada pelo governador Antônio Augusto Junho Anastasia, onde em seu artigo 3º diz: 'Fica proibido o uso de telefone móvel'. Em se tratando assim, já existe uma Lei Estadual que proíbe o uso de celular em estabelecimentos bancários. Nesse caso, eu vou distribuir para cada um de vocês uma cópia da Lei Estadual, para vocês tomarem conhecimento e vou solicitar ao vereador Flávio que retire a emenda e entenda a minha justificativa". O vereador Flávio de Almeida disse: "a existência de uma Lei Estadual não interfere na emenda que é Municipal. E deve ser por isso que a



gente vê tanto celular sendo usado nos bancos, porque as pessoas que frequentam bancos devem estar vendo, devem estar assistindo. E a intenção deste vereador foi exatamente melhorar o projeto e corrigir alguns erros. Por isso que ao fazer a emenda, eu consultei não só o meu jurídico, porque é muito ruim quando a gente consulta o meu, isso é muito pessoal, eu consultei o jurídico da Câmara. Porque eu sou aquele vereador que pego o projeto, leio com atenção, discuto com o jurídico e olho o que a gente pode melhorar. E nós aqui temos que deixar desse negócio, essa ciumada boba, essa arrogância porque tanto projeto meu passou nesta Casa com algumas emendas. E eu acho que quando a gente quer melhorar, a gente tem que realmente colocar no papel. Coloquei no papel e vou permanecer com a emenda porque acho que assim é o melhor, assim o projeto fica melhor. Acredito nisso e consultei não só as pessoas que trabalham comigo, que são advogados, como consultei o jurídico da Casa também. Então, eu vou permanecer com a emenda”. Na votação desta emenda, votaram a favor: os vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida e José Guedes; votaram contra: os vereadores Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos, Maria Ângela Dias Lima Pereira e Silvânio Aguiar Silva. Ao constatar o empate, o Senhor Presidente desempatou votando a favor da emenda. O vereador Flávio de Almeida falou: “agradecer aos vereadores, podem ter certeza de que vocês fizeram o que é de melhor para esse projeto. Obrigado”. Em primeira votação, o projeto foi aprovado por oito votos. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Leci Alves Campos, autor da proposição, dispensou o interstício para a



segunda votação deste projeto. Em segunda votação, o projeto aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. O Senhor Presidente passou a Presidência à Vice; 5) Projeto de lei nº 1.397/2014, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Planalto Futebol Clube. Em primeira votação, aprovado por oito votos. O Plenário consultado pela Senhora Presidente, conforme solicitação do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, autor da proposição, dispensou o interstício para a segunda votação deste projeto. Em segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção; 6) Projeto de lei nº 1.398/2014, que “Institui o Dia Municipal do Líder Comunitário”. O vereador Leci Alves Campos solicitou vista do projeto. A Senhora Presidente concedeu vista do projeto pelo prazo de três dias. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio reassumiu a Presidência; 7) Projeto de lei nº 1.395/2014, que “Dispõe sobre a divulgação da demanda atendida e lista de espera por vaga nas Escolas Públicas Municipais e Creches do Município de Nova Lima e dá outras providências”. O vereador Leci Alves Campos solicitou vista do projeto. O Senhor Presidente concedeu vista do projeto pelo prazo de três dias; 8) Projeto de Decreto Legislativo nº 272/2014, que “Institui a Comenda do Mérito Policial Soldado Fernando Barbosa Neto”. Em primeira e segunda votação, aprovado por oito votos e encaminhado à promulgação. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal a construção da rede pluvial, esgotamento sanitário e abastecimento de água potável para os moradores da Rua Pedro Paulo de Jesus no Bairro Honório Bicalho. Aprovado, oito votos. 2) Do



vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a instalação de rampa de acesso de cadeirantes e portadores de necessidades especiais nas entradas da Policlínica Dr. Sebastião Fabiano Dias e do Laboratório Municipal, conforme fotografias anexas. Aprovado, oito votos. 3) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo que determine à Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos para disponibilizar Guardas Municipais para controle do trânsito na esquina das Ruas Doutor Celso Clark de Lima com Rua Ulisses de Moraes, no Bairro Olaria, situada nas proximidades do Centro Educacional São Tomás de Aquino, nos horários de entrada e saída dos alunos nos turnos da manhã e da tarde. Aprovado, oito votos. 4) Do vereador José Guedes: Requer ao Prefeito Municipal que forneça, o mais rápido possível, o saldo financeiro atual e a arrecadação de janeiro a março do corrente ano da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Em discussão, o autor afirmou: “eu estou dando entrada na Casa com este requerimento pelo seguinte fato: a gente vai à prefeitura e nem sequer o saldo do município eles fornecem para a gente. Há comentários que o saldo atual é de cento e quarenta milhões, outros dizem que o saldo é cem milhões. Vamos colocar que sejam cem milhões. E é de estarrecer a gente ver uma creche lá nos Cristais que foi iniciada e paralisada. O posto médico dos Cristais já vai para quatro anos, é uma vergonha. A obra da avenida, tenho até vergonha de dizer que eu sou vereador. A obra lá do Cruzeiro é outra vergonha. Então, uma cidade que tem em caixa cem milhões de reais, e eu duvido que a prefeitura tenha fornecido para algum colega meu aqui o saldo. Sempre negam. Mas, talvez com o Nélio Aurélio lá. Pediria à Câmara



que enviasse o mais rápido possível porque o Nélio tem poucos dias para atuar ou poucas horas, a gente não sabe. Então, eu tenho certeza absoluta de que o Nélio vai fornecer este saldo. Porque tem que esconder o saldo do fiscalizador? Por que? Então, se realmente for este saldo de cem milhões, mais uma vez eu fico decepcionado com o prefeito Cássio porque a prefeitura não tem que ficar com dinheiro em caixa, a prefeitura tem que aplicar o dinheiro a favor do povo, principalmente nas creches e no posto de saúde. Então, eu vejo obras paralisadas e nosso povo sofrendo com a falta de creche, com a falta de posto médico naquela região dos Cristais, é de meu conhecimento que lá residem quinze mil pessoas. Quero aqui lembrar, parabenizar o meu colega Fausto por ter visitado alguns postos de saúde. Depois daquela declaração do senhor aqui, eu pude constatar, eu fui lá onde está funcionando o posto médico dos Cristais, realmente, é uma vergonha. Uma prefeitura que tem uma arrecadação enorme, que tem que gastar com a Saúde quinze por cento, continuam fazendo festas caríssimas, e a gente vê a falta de remédio, falta de equipamentos. Eu não posso me calar e não vou me calar, seja o prefeito que for. Quando o prefeito age corretamente, nós temos que apoiar. Então, eu estou inscrito no Grande Expediente, quero dizer, Senhor Presidente, de uma decepção que eu tive hoje na prefeitura, com um Secretário”. Requerimento aprovado por oito votos. 5) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Poder Executivo que proceda a manutenção de forma definitiva nas infiltrações que ocorrem ao longo da Banqueta do Rego Grande e que afetam as casas dos moradores daquela região. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva registrou: “quero dizer que a gente tem um



requerimento muito semelhante a este, muito parecido. Eu penso que ele, de certa forma, fortalece também o nosso requerimento. E eu tenho conhecimento, através da Secretaria de Meio Ambiente que esse trabalho já está sendo feito. Inclusive, estive lá na Banqueta e a gente percebeu eles colocando algumas calhas lá. Então, eu penso que a administração, não sei como vai ficar aí agora, mas a administração está dando uma definição para esse problema aqui, lá na calha da Banqueta. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “vereador Silvânio Aguiar, penso que unidos somos mais fortes. E eu gostaria, Senhor Presidente, de aproveitar esse momento para lembrar que amanhã comemora-se, no dia dois de abril, o Dia Mundial da Conscientização do Autismo que foi criado pela ONU em 2007. Para quem não sabe, o Autismo é uma doença, é uma disfunção que afeta a capacidade de comunicação das pessoas, alterando também a forma de como ela se comporta e estabelece relacionamentos. Os problemas causados por esta desordem podem variar, existem crianças autistas que possuem inteligência e fala intactas, já outras convivem com sérios problemas de desenvolvimento na sua linguagem. Segundo especialistas, o problema atinge cerca de setenta milhões de pessoas em todo o mundo. Muito obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “complementando o que o vereador Fausto Niquini acaba de manifestar pelas comemorações, amanhã, do Dia Mundial dedicado ao Autismo, eu gostaria de convidar a todos para participarem, na parte da manhã, nós vamos ter manifestações aqui na praça, no Teatro Municipal e, inclusive, aqui na Câmara também, da Faenol e também da coordenadoria das pessoas com



necessidades especiais. Então, amanhã, na parte da manhã, nós vamos ter essas manifestações em comemoração ao Dia Mundial do Autismo. Eu posso dizer para vocês que, enquanto Secretária Municipal de Educação, durante oito anos, nós convivemos nas escolas municipais com alunos autistas. E a gente sabe que é uma síndrome bastante triste. Triste para a criança, triste para a família, triste para quem convive no dia-a-dia com aquela criança. Então, eu acho que a gente tem que, realmente, buscar esforços para a gente colocar em prática uma Lei Municipal que foi votada aqui nesta Casa em defesa da pessoa autista. E amanhã, também, às nove horas da manhã, o presidente da Faenol, Dr. Márcio Barbosa, vai apresentar para o prefeito um projeto para transformar o prédio da Faenol em um Centro Especializado, com dinheiro que vem do Ministério da Saúde, transformando o prédio, aumentando, ampliando o prédio para dar um atendimento, realmente, mais humano para essas crianças. Não só as crianças acometidas do Autismo, mas também as crianças com outras síndromes de necessidades especiais. Então, amanhã nós vamos dedicar esse dia. Inclusive, Presidente, eles pediram que era para a gente ver se amanhã a gente conseguia iluminar o prédio de azul, que azul é a cor do autista. Mas, infelizmente, chegou hoje o pedido e a gente sabe que para se fazer essa iluminação, necessita de licitação, a gente não pode fazer em um passe de mágica. Mas a gente espera que nós todos amanhã façamos o nosso coração, invés de vermelho, azul, e com o coração azul nós vamos comemorar o Dia Mundial dedicado ao autista. Obrigado, vereador”. Requerimento aprovado por oito votos. 6) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer que esta Casa de Leis interceda junto ao Executivo quanto ao



atendimento ao requerimento nº 24/2013, deste nobre vereador, no que se refere à duplicação da Rua Campina Verde no Bairro Campo do Pires, e a viabilidade de estudo de mobilidade urbana para a região na forma que se segue. Em discussão, o autor afirmou: “eu faço este requerimento, eu cobro postura do Executivo sobre este requerimento porque quando tivemos a honra de participar do governo anterior, nós interligamos a Sede ao Distrito de Macacos com pavimentação asfáltica, nós fizemos a ligação do Jardim de Petrópolis com pavimentação asfáltica, nós começamos a fazer ali, no caminho da barragem B2, o alargamento e também o asfaltamento, salvo engano, faltam quatro ou cinco quilômetros para concluir. E, com isso, o povo que vai para Macacos, que vai para Jardim de Petrópolis, com esse congestionamento que a gente tem no Shopping, começou a usar muito esse caminho aqui. E hoje ali na Campina Verde, logo no início até a portaria da Via Ouro, os motoristas da Via Ouro, em especial, os que têm horários a cumprir, têm sofrido muito ali. Tem que dar ré toda hora, tem que ficar parado vinte, trinta minutos, esperando o trânsito melhorar, se vem carro tem que parar, já tivemos acidentes com vítimas fatais. Então, é por isso que eu peço aos nobres colegas que aprovelem este requerimento, mais uma vez, para ver se desperta no Executivo a necessidade de fazer essa obra com o máximo de urgência. Como o vereador nosso colega disse, e ele disse cem milhões, nós temos é cento e quarenta milhões para cima no caixa da prefeitura. Então, nós podemos e queremos essa obra com o máximo de urgência”. Requerimento aprovado por oito votos. 7) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a intervenção junto ao DER para



conserto da passagem elevada de pedestre em frente ao ponto de ônibus próximo ao Motel Sun Rise no Bairro José de Almeida. Aprovado, cinco votos. 8) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal a revitalização e poda das árvores da Praça Agostino Rodrigues de Melo (Praça da Estação) no Bairro Honório Bicalho. Em discussão, o vereador José Guedes indagou: “Senhor Presidente, o requerimento é endereçado a quem?”. O Senhor Presidente respondeu: “ao prefeito Cássio Magnani Júnior”. O vereador José Guedes registrou: “eu acho que deveria ser endereçado ao Nélio Aurélio”. O Senhor Presidente explicou: “o que aconteceu, vereador, é porque na semana passada não foram apresentados requerimentos”. O vereador José Guedes solicitou: “mas vai ser apresentado hoje, poderia corrigir, não só esse como os outros também”. O Senhor Presidente comunicou: “depois eu peço ao Assessor Parlamentar para corrigir”. Requerimento aprovado por oito votos. O Senhor Presidente anunciou que o requerimento foi aprovado com a correção do nome do prefeito. 9) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada do Sr. José Eustáquio Silva. Aprovado, oito votos. O Senhor Presidente passou a Presidência à Vice, e propôs requerimento verbal: “pedir, Senhora Presidente, que faça uma moção de aplausos ao 1º Torneiro de Futsal Wilson Coutinho que teve no Bairro Cruzeiro, organizado pela Associação Comunitária dos Bairros Cruzeiro e Barra do Céu. Uma moção de aplausos para a Diretora da Escola Municipal José Francisco da Silva, Silene Mércia, pelo apoio no torneio. Ao organizador do torneio, Marco Antônio da Paixão. E à Diretoria da Associação Comunitária Santa Cruz,



Bairro Cruzeiro, que teve um ótimo torneio, foram três meses de torneio, que mostrou que os Bairros Cruzeiro e Barra do Céu mais a quadra é aquilo ali que eu tenho certeza que muitos times participantes do torneio viram o que é o Bairro Cruzeiro e o Bairro Barra do Céu. E também uma moção de aplausos ao Campeão Adulto Xerém”.
Aprovado, oito votos. 10) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal um núcleo da Farmácia Municipal no Bairro Cruzeiro. Em discussão, a Senhora Presidente disse: “eu gostaria de dizer para o vereador Alessandro Bonifácio que eu já entrei com um requerimento solicitando ao prefeito que solicitasse à Secretaria de Saúde uma entrega domiciliar, principalmente para as pessoas idosas, as pessoas com deficiência. E eu estou aguardando o pronunciamento desse meu requerimento, certo? Mas eu acho que o seu vem é somar, eu acho que aqui nós estamos em uma Casa é para somar. Quanto mais um colocar e para o outro, então, nós vamos buscando soluções em conjunto, porque eu acho que isso que é importante. E aproveitando a minha fala, eu vou pedir ao Senhor logo após a aprovação deste seu requerimento a minha saída porque eu preciso me ausentar neste momento. Eu gostaria muito, Nova Lima hoje, Senhor Presidente, está passando por um momento muito, muito constrangedor, com a saída do prefeito, com a não posse ainda do prefeito que já foi diplomado, hoje com a posse do nosso Presidente, respondendo pela cidade de Nova Lima, que a gente tivesse respeito pelas pessoas, tivesse respeito pela pessoa do nosso prefeito Cássio Magnani, que a gente tivesse respeito pela pessoa do nosso Presidente que agora está respondendo lá no Executivo pela nossa cidade, que a gente tivesse respeito pelas pessoas. Então, não é



porque no meu requerimento eu coloco o nome do prefeito Cássio Magnani que eu preciso pedir para trocar porque ele não é mais o prefeito. Eu acho que a gente tem que ter essa sensibilidade, a gente precisa de ter essa sensibilidade. São momentos difíceis que a cidade está passando, muito difíceis que a cidade está passando. Então, eu acho que nós, que somos representantes do povo, que estamos aqui nesta Casa para defender o povo, para acompanhar, para fiscalizar os atos do prefeito, a gente tem que ter sensibilidade num momento como esse. Um momento em que nós estamos, realmente, passando no município de Nova Lima. Nova Lima, eu acho que não merecia estar passando por isso, não merecia estar passando por isso. Mas que a gente peça a Deus que resolva esta situação o mais rápido possível para a gente ter, realmente, o prefeito que vai conduzir esta cidade. Que vá conduzir essa cidade. Porque eu estou realmente preocupada com esses quatro anos de mandato que nós estamos percorrendo, que começamos a percorrer a partir de 2013. Então, eu acho que a gente tem que ter essa sensibilidade e lembrar que o prefeito Cássio Magnani foi vereador durante vinte e seis anos nesta Casa, e serviu com dignidade aqui nesta Casa. Obrigada”. O vereador Gilson Antônio Marques falou: “eu estava aguardando a oportunidade para falar sobre isso. Eu não concordo em mudar o nome do prefeito não. Eu gostaria que o Presidente desta Casa consultasse juridicamente se é cabível, uma vez que o requerimento foi feito com data antiga e que foi suspenso pelo Presidente da ocasião, Senhor Nélio Aurélio, para ser lido aqui em Plenário. Então, eu não concordo, eu acho uma falta de respeito e, de minha parte, exijo que seja mantido o que eu coloquei no papel. Se, juridicamente,



existir legalidade para mudar, que mude. Mas, se não, eu gostaria que fosse mantido. Aproveitando a oportunidade, Senhor Presidente, eu sei que o Senhor é Presidente ocasional, mas eu me comprometi em falar isso aqui hoje, e gostaria que o Senhor recebesse isso como Presidente hoje da Casa e se amanhã mudar, que o Senhor levasse à Presidência que irá assumir novamente a situação do plano de saúde dos funcionários desta Casa. Já está insustentável, nós estamos com um ano e quase três meses de mandato e as pessoas não têm onde consultar até hoje porque cada hora inventa um negócio, um tem problema aqui, tem um problema ali. Se tem problemas, vamos resolver. Onde estão os advogados desta Casa? Cadê o jurídico desta Casa? Vamos trabalhar, vamos resolver o que tem que resolver e atuar porque o povo precisa do plano de saúde. Então, eu gostaria que o Senhor recebesse esta mensagem e que, se possível, resolvesse, e se não der tempo para o Senhor resolver, que o Senhor passe a quem possa resolver”. O vereador Fausto Niquini Ferreira afirmou: “sobre o plano de saúde, eu peguei alguns telefones, alguns contatos aqui para esta Casa, eu liguei para os planos de saúde, não sei por que até hoje os funcionários daqui não têm plano de saúde, não sei por que. Porque, se o problema era ‘ah, não sei, não conheço, não tenho contato com plano de saúde’. Eu arrumei os telefones, eu fiz as ligações num certo dia em que eu cheguei aqui, e pedi que a funcionária responsável por esse assunto fizesse o contato com os planos de saúde. Então, fica aqui, realmente, o meu repúdio de até hoje não ter um plano de saúde. Eu gostaria de aproveitar o momento, eu acho o seguinte, Prefeito Carlinhos Rodrigues, parabéns, fez um excelente mandato; nós vemos, hoje, a parte



social, cultural da cidade de Nova Lima, parabéns, Nova Lima melhorou. Nova Lima tinha oito milhões de arrecadação, hoje tem mais de quarenta, isso ajuda muito também. Prefeito Cassinho, viu, Ângela? A senhora que é líder de governo dele, parabéns. Um ano de mandato que ele ficou aqui fez, nós temos certeza, que é... algum vereador aqui falou que ele está continuando obras. Parabéns. Quantos e quantos prefeitos que não continuam obras? Então, está certo, tem que continuar as obras sim. Eu sou do Democratas, o prefeito diplomado é do meu partido e cabe a mim defender, nós temos que defender também o Poder Judiciário, nós vivemos em uma democracia. Então, eu penso o seguinte, que fique o que for correto. Agora, nós temos que acreditar na justiça. Se nós não acreditarmos no Poder Judiciário, o que vai ser deste país? Então, vivemos realmente um momento instável na política de Nova Lima. Se a justiça concluir que deva continuar o prefeito Cassinho, que continue o prefeito Cassinho. Mas nós temos, nós não podemos viver nessa situação que estamos vivendo no momento. Para todos os lados que a gente anda, a própria população já não aguenta mais viver isso. Eu imagino até o prefeito Cássio, não deve estar sendo fácil para ele. O dia em que você discute com sua mulher em casa, você põe a cabeça no travesseiro e não dorme bem, agora, você imagina um prefeito que está aí, há mais ou menos quatro meses ou mais, nesse processo de cassa ou não cassa. Então, eu acho que nós temos sim que respeitar o Poder Judiciário que é o que é capaz de concluir, de dar a palavra final. Muito obrigado".

Requerimento aprovado por oito votos. A Senhora Presidente comunicou: "devolvo a Presidência ao vereador Alessandro Bonifácio e peço licença para me ausentar". O



vereador Alessandro Luiz Bonifácio reassumiu a Presidência. O Senhor Presidente comunicou: “sobre o requerimento do vereador Gilson Marques, pela data estar antiga e o vereador Nélio Aurélio, hoje, mais tempo, não pôde por causa da manifestação, nós tivemos que enxugar a pauta. Respeito você, vereador e, como Presidente, vou manter o prefeito Cássio Magnani”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “eu quero agradecer a compreensão de Vossa Excelência”. O Senhor Presidente informou: “sobre o plano de saúde, o Subprocurador me mandou avisar aqui que está fazendo licitação e não está aparecendo ninguém na licitação. Mas com isso, amanhã, eu já vou juntar com o Luciano, com o Diego, e nós temos que tomar providências. Nós temos que trabalhar em cima disso aí, se o preço for aumentar um pouquinho, eu tenho certeza de que esta Casa tem dinheiro suficiente para correr atrás, não podemos é deixar os funcionários públicos da Câmara sem um plano de saúde. Concordo com o vereador Gilson Marques e com o vereador Fausto Niquini”. O vereador Gilson Antônio Marques disse: “não está aparecendo ofertante para o serviço porque a tabela sai da Casa. Eu não sou obrigado a vender um produto que é meu pelo preço que você quer pagar não. Se sou eu quem faço a produção do produto, sou eu que tenho que colocar o preço”. O vereador José Guedes falou: “Senhor Presidente, demais vereadores, eu não desrespeitei o prefeito Cássio aqui. É um direito meu achar que no dia da votação o prefeito é Nélio Aurélio, não é o Cássio. Não importa que foi dirigido ao ex-prefeito Cássio, mas no meu modo de entender, pediria ao Senhor que consultasse sim o jurídico pelo fato de o requerimento ser dirigido ao prefeito atual, Nélio, que está sendo votado agora. No meu modo de



entender é no dia da votação que prevalece o nome do prefeito”. O Senhor Presidente informou: “não vou voltar a esse assunto, vereador. Já falei que eu vou dar como prefeito Cássio Magnani e pronto, está encerrado”. O vereador José Guedes solicitou: “eu pediria ao Senhor que consultasse o jurídico”. No Grande Expediente, o vereador José Guedes afirmou: “hoje foi um dia de afronta à democracia. O prefeito Cássio desobedeceu o judiciário. É uma vergonha ter que solicitar a polícia para que o prefeito desocupasse o gabinete. Onde está a democracia? Onde está a democracia? Dizem que nós estamos no regime democrático, mas no Brasil nós estamos em um regime disfarçado de nos calar”. O Senhor Presidente suspendeu a reunião por falta de quórum. Logo após, sob a proteção de Deus, declarou encerrados os trabalhos por falta de quórum._____